



GABRIELA TOMOTANI ORMEZZANO

**O TRABALHO FORÇADO NA INDÚSTRIA DA MODA “FAST FASHION”: AS
REPERCUSSÕES DESSE SISTEMA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E AS
CONSEQUÊNCIAS DA NOVA REFORMA TRABALHISTA**

BRASÍLIA

2017

GABRIELA TOMOTANI ORMEZZANO

**O TRABALHO FORÇADO NA INDÚSTRIA DA MODA “FAST FASHION”: AS
REPERCUSSÕES DESSE SISTEMA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E AS
CONSEQUÊNCIAS DA NOVA REFORMA TRABALHISTA**

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de
Bacharelado em Direito pela Faculdade
de Ciências Jurídicas e Sociais do
Centro Universitário de Brasília -
UniCEUB.

Orientador: Prof. Luiz Emílio Garcia

**BRASÍLIA
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

073 Ormezzano, Gabriela Tomotani. 1994-

O trabalho forçado na indústria da moda “Fast Fashion”: as repercussões desse sistema sobre os direitos humanos e as consequências da nova reforma trabalhista. / Gabriela Tomotani Ormezzano.. – 2017. 59 f.

Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 2017.

Inclui bibliografia.

Orientação: Prof. Luiz Emílio Garcia

1. Trabalho forçado. 2. Indústria da moda. 3. Fast Fashion. I. Título.

CDU: 342.6

**TERMO DE APROVAÇÃO
GABRIELA TOMOTANI ORMEZZANO**

**Trabalho julgado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em
Direito no Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília –
UniCeub/ICDP.**

Brasília-DF, _____ de _____ de 2017.

**Curso de Direito
Centro Universitário de Brasília – UniCeub**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Luiz Emílio Garcia

Prof. _____

Prof. _____

“Fashion fades, only style remains the same.”

— Coco Chanel

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar esta parte de maneira diferente: agradeço imensamente aos meus pais, que sempre me apoiaram e me deram todo o suporte emocional e monetário necessário para que eu conseguisse concluir esse trabalho. Obrigada por serem tão maravilhosos comigo e me ajudarem a tornar todos os meus sonhos realidade. Vocês são incríveis, e eu não poderia ter pedido por pais melhores.

Aos meus amigos, que não desistiram de mim mesmo eu sumindo, desmarcando saídas em cima da hora e surtando pelo “whatsapp” sobre como eu não seria capaz de terminar tudo isso. Obrigada por sempre me encorajarem, por me ajudarem a espairar, por me lembrarem de que eu era capaz... Vocês sabem quem são e que os amo muito!

Ao meu orientador, professor Luiz Emílio, obrigada pela paciência! Acho que fui uma das suas orientandas mais chatas, e peço desculpas por isso... Mas deu tudo certo no final!

À Ruth Manus e Monyse Almeida, vocês me inspiram à querer lutar cada vez mais pelos direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho na indústria da moda. Serei eternamente grata por todo o material maravilhoso que compartilharam comigo, e espero um dia poder ajudar uma estudante de Direito desesperada como vocês me ajudaram!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo definir o que é trabalho forçado, especialmente o utilizado na indústria da moda “fast fashion”, realizando uma análise histórica de sua construção e as consequências para os direitos humanos e trabalhistas da reforma da CLT. Primeiramente, realiza-se uma breve dissertação histórica da evolução do trabalho forçado, indo desde a revolução industrial aos tempos atuais, com um enfoque no “sweating system” e no surgimento da indústria da moda “fast fashion”. Em seguida, haverá exploração dos diversos conceitos de trabalho forçado, quais os tipos mais verificados no território nacional e como tais trabalhadores são aliciados para exercer tais serviços. Por último, uma análise dos atuais meios de combate ao trabalho forçado existentes no Brasil e se estas são eficazes e uma visão crítica da nova reforma trabalhista e como irá impactar – negativa ou positivamente – o trabalho forçado e a indústria da moda “fast fashion” no Brasil.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Trabalho Forçado. Indústria da Moda. Fast Fashion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. “FAST FASHION” E “SWEAT SHOPS”: AS GRANDES VILÃS DO TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO.....	13
1.1. O início da indústria “Fast Fashion”.....	13
1.2. As Sweat Shops e o Sweating System:	16
1.3. O Sweating System vs. o Sistema Fabril.	17
1.4. As Sweatshops e a produção globalizada.....	17
1.5. O acidente de Rana Plaza e a importância global das Fast Fashions	20
2. TRABALHO FORÇADO E SUA PRESENÇA NO BRASIL	24
2.1. O conceito de trabalho forçado	24
2.2. Diferenciações relevantes entre trabalho forçado, escravidão e práticas análogas à de escravo.....	25
2.3. Principais desafios	27
2.4. “Antigos” e “Novos” sistemas de trabalho forçado	28
2.5. Principais aspectos	28
2.6. O trabalho forçado e as “Sweat Shops” no Brasil	29
3. AS TENTATIVAS DE COMBATE AO TRABALHO FORÇADO NO TERRITÓRIO NACIONAL: OS AVANÇOS E OS PASSOS PARA TRÁS	32
3.1. Dos avanços: a atuação do Ministério Público do Trabalho e a importância de sua fiscalização	32
3.2. O dumping social e a importância de sua difusão	36
3.3. A conscientização dos consumidores e seu papel na luta contra o trabalho forçado	39
3.4. A reforma e a precarização dos direitos trabalhistas.....	44
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A indústria da moda vende cerca de 80 bilhões de peças de roupas¹ por ano, lucrando, neste período, mais de três trilhões de dólares. O setor têxtil é um dos que mais cresce na economia mundial, empregando em 2014 estimadamente de sessenta a setenta e cinco milhões de pessoas ao redor do globo, em comparação aos anos 2000, em que empregava vinte milhões².

Apesar de altamente lucrativa, esta indústria se mostra incapaz de equiparar a qualidade de vida de seus empregados aos lucros gerados pelos mesmos, ficando famosos casos de exploração de trabalhadores, como o ocorrido em Dacca, Bangladesh, em 2013, no qual 1134 trabalhadores têxteis acabaram mortos e 2, 500 feridos³, “acidente” este considerado evitável se os empregados tivessem o mínimo de seus direitos trabalhistas respeitados, os mesmos pagando o preço do baixo custo das roupas com suas vidas.

E, com um enfoque no território nacional, a temática deste trabalho buscará definir o que seria trabalho forçado nos tempos atuais e suas ramificações, especialmente o “sistema de suor”, altamente empregado na indústria da moda e suas consequências para os direitos humanos e trabalhistas, especialmente em face à nova reforma da CLT.

Com isto em mente, este estudo terá como objetivo conceituar o que seria “trabalho forçado”, tanto nacional quanto internacionalmente, suas ramificações e tipos, analisar quais as medidas recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho para conter e reprimir o trabalho forçado e as que são realmente implementadas pelo Estado Brasileiro, ponderando quais deveriam ser as

¹ FASHIONUNITED. **Global fashion industry statistics**: international apparel. New York. Disponível em: <<https://fashionunited.com/global-fashion-industry-statistics>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

² STOTZ, Lina; KANE, Gillian. Facts on the global garment industry. **Global Garment Industry Factsheet**. 2016. Disponível em: <<https://cleanclothes.org/resources/publications/factsheets/general-factsheet-garment-industry-february-2015.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

³ ALAM, Julhas; HOSSAIN, Farid. Bangladesh collapse search over: death toll 1.127. **Associated Press**, maio, 2013. Disponível em: <<https://www.yahoo.com/news/bangladesh-collapse-search-over-death-toll-1-127-122554495.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

mínimas necessárias para que haja um eficiente combate a esta prática, tendo em mente o respeito aos direitos humanos, observar o trabalho feito por organizações não governamentais que visam dirimir o emprego do trabalho forçado promovendo uma indústria da moda e um sistema de consumo sustentável e se as mesmas vêm atingindo êxito nesta função, verificar os impactos que a conscientização em relação ao modo de produção tem no consumidor final, e se isto seria um possível modo de combate ao sistema “*fast fashion*” e, por fim, analisar criticamente a nova reforma trabalhista e como esta impactaria – negativa ou positivamente – o trabalho forçado e a indústria da moda “*fast fashion*” no Brasil.

Sabemos que em nosso país é utilizado o termo “trabalho análogo ao de escravo” ao invés de simplesmente “trabalho escravo”, pois o mesmo foi abolido pela Lei Áurea em 13 de Maio de 1888, sendo assim, a nomenclatura correta seria a citada anteriormente, que tem como elementos caracterizadores os descritos no artigo 149 do Código Penal brasileiro: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarretam danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele), podendo estes elementos virem juntos ou isoladamente.

Mesmo sendo tipificado, ainda são recorrentes flagrantes deste crime, ganhando manchetes casos envolvendo tanto grandes marcas internacionais como Zara⁴ e C&A quanto marcas nacionais, como Marisa, Pernambucanas e Renner⁵, todas utilizando mão de obra análoga a de escravo.

⁴ **ESPECIAL ZARA:** flagrantes de escravidão na produção de roupas de luxo [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/12/especial-zara-flagrantes-de-escravidao-na-producao-de-roupas-de-luxo/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁵ **AS MARCAS DA MODA FLAGRADAS COM TRABALHO ESCRAVO** [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

A Organização Internacional do Trabalho, órgão das Nações Unidas criado em 1919 e principal propulsor de normas que visam à eliminação do trabalho forçado estima que, entre 1995 e 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores vítimas dessas práticas em território nacional, o mesmo órgão afirmando que, ao redor do mundo, existem atualmente quase 21 milhões de vítimas⁶.

É imprescindível a lembrança da importância do trabalho digno para a vida do homem, sendo este um direito expressamente protegido pelos três pactos ratificados pelo Estado brasileiro que formam a “Carta Internacional dos Direitos Humanos”, dizendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu vigésimo terceiro artigo:

- 1.Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- 2.Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
- 3.Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

Tal idéia é reforçada pelo artigo sexto do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Políticos de 1966:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito.

Estas normas parecem ditar o “óbvio”, o que qualquer pessoa com senso-comum determinaria ser o básico, o mínimo necessário para uma existência digna no âmbito trabalhista. Então como, em pleno século XXI, esse cenário ainda soa utópico, e temos um desrespeito tão assombroso destas normas pela indústria da moda sem qualquer tipo de responsabilização capaz de freá-la?

⁶ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Fatos e números globais. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Trabalho forçado no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-escravo/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

Pois não se trata de um assunto simples, havendo muitas problemáticas envolvidas, como a própria definição de trabalho forçado e qual o modo mais eficaz de combatê-lo, se os consumidores, sabendo como são produzidas suas roupas, continuaria a consumi-las, quais seriam os mínimos direitos trabalhistas que deveriam ser respeitados, de acordo com a lei brasileira e os direitos humanos e se seria possíveis compatibilizá-los, além das consequências trazidas pela nova reforma trabalhista, perguntas estas que buscarei responder com este trabalho.

Assim, trabalhar-se-á com a hipótese segundo a qual existe uma pauta mínima de direitos trabalhistas que serão capazes de não somente promover a dignidade da pessoa humana, mas também ser compatíveis com os interesses das grandes indústrias têxteis, e quais seriam as medidas mais eficazes para verificar se tais direitos estão sendo respeitados, além de se observar a eficácia das medidas atualmente aplicadas. Também trabalhar-se-á com a hipótese de que a nova reforma trabalhista dá um grande “passo para trás” no quesito de inibir a continuidade do trabalho forçado na indústria da moda “fast fashion”.

Para executar esta análise, será utilizada pesquisa bibliográfica e dogmática consistente em abordar os métodos teóricos, doutrinários e jurisprudenciais acerca do debate sobre o tema, realizando um estudo histórico e investigativo sobre como se desenvolveu a indústria da moda fast fashion e aprofundando-se nas possíveis consequências da nova reforma trabalhista.

1. “FAST FASHION” E “SWEAT SHOPS”: AS GRANDES VILÃS DO TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO

1.1. O início da indústria “Fast Fashion”

Primeiramente, é importante entender o conceito de “*fast fashion*”, que é o termo contemporâneo usado para definir o fenômeno atual em que roupas que mal saíram da passarela já estão nas lojas a preços baixos, tendo em mente que a ênfase deste modelo é atender aos desejos dos consumidores o mais rápido e barato possível, devendo então ser desenhados e manufaturados com o mínimo de custo para que o produto final chegue ao consumidor com um valor acessível⁷, isto transformando completamente o jeito que as roupas são compradas e vendidas.

Para entender a complexidade do tema, precisa-se observar o panorama completo, tanto histórico quanto social da relação entre o trabalho forçado e a indústria da moda.

Estudando a origem cronológica de tal relação, tem-se a Revolução Industrial – período entre 1760 e 1820, em que houve a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas e a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado – como marco inicial, sendo esta a grande propulsora da democratização da demanda e da oferta ao introduzir novos métodos capazes de standardizar o produto final.

As indústrias têxtil e de vestuário foram umas das primeiras a implementarem os novos métodos de produção, criando uma nova divisão de trabalho baseada na racionalidade do processo produtivo.

Com essas mudanças, verificou-se a passagem rápida e firme do modelo artesanal e doméstico de produção, baseado no talento individual e na elaboração

⁷ HINES, Tony; BRUCE, Margaret. **Fashion marketing**: contemporary issues. 2. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/6428586/Fashion_Marketing_Contemporary_Issues_Second_edition?auto=download>. Acesso em: 05 set. 2017.

singular do produto (pré-revolução industrial), para o modelo industrial, de atividade coletiva e produção em grandes quantidades (pós-revolução industrial).

Sabemos que a partir disso, a roupa que era artesanalmente feita apenas para *algumas* pessoas – geralmente, de classe mais alta, que tinham condições de pagar por artesãos que as faziam manualmente – tornou-se algo feito pra *qualquer* pessoa – devido à diminuição dos preços e aumento da acessibilidade – e, posteriormente, para *todas* as pessoas, sendo este o mandamento principal da indústria *fast fashion*.

Com a Revolução Industrial, a produção passou a ser em massa, o que criou a necessidade de uma “superflexibilização” da mão de obra pela indústria do vestuário, em um primeiro momento, e por grandes redes varejistas têxteis, nos tempos atuais. De um lado, temos a efemeridade da moda, com todas as suas tendências, pressões sazonais e culturais, e, do outro, a necessidade do atendimento quase instantâneo e cada vez mais barato e veloz da produção desses itens de vestuário.

A efemeridade da moda fica clara quando descobrimos que, antes da chamada “*fast fashion*”, haviam quatro estações para a moda, e, atualmente, existem mais de 52 “estações”, já que a forma de produção só se preocupa com grandes interesses industriais, a “Obsolescência planejada” tendo um papel chave em tudo isso.

“Obsolescência planejada” seria quando a própria indústria define que, por exemplo, as saias “da estação passada”, obsoletas, deverão ser trocadas pelas saias “dessa estação”, atuais e descoladas, as próprias roupas sendo projetadas para ter tal fim – o de serem substituídas não quando perderem sua utilidade ou usabilidade, e sim quando a indústria “*fast fashion*” lançar algo novo e mais “na moda”.

A “*fast fashion*” como conhecemos hoje começou a surgir nos anos oitenta nos Estados Unidos, se desenvolvendo a partir de uma tática de produção

chamada “*quick response*”⁸ ou resposta rápida (tradução livre), que, quando aplicada na indústria, diminui drasticamente o tempo de produção do item, podendo rapidamente atender a demanda pelo mesmo, tendo como base o lema de “pouca qualidade/grande volume”⁹.

Este modelo, em comparação com o modo mais “primitivo” de produção, nada mais fez do que acelerar e baratear ainda mais o processo produtivo, aumentando não somente as camadas de subcontratação, mas também a pressão por uma flexibilidade no ambiente de trabalho e, como consequência disto, está o aumento dos fluxos migratórios, o que fornece uma mão de obra vulnerável e abundante para essa crescente indústria, como será mencionado mais adiante.

O documentário “*The True Cost*”¹⁰ consegue trazer, de maneira clara e muitas vezes chocante as várias facetas deste modelo, a “moda descartável”, que entrega produtos para um mercado em massa a preços tão baixos que não nos sentimos mal em nos livrarmos deles assim que surge uma nova tendência de estilo, sem pensarmos nas inúmeras consequências que esse fenômeno traz, como a poluição (tanto na produção de roupas tanto quanto no uso de tecidos sintéticos, que são descartados e demoram décadas para se decompor), produtos de má qualidade e a promoção de péssimas condições de trabalho em países em desenvolvimento, sendo este o tema deste trabalho.

Estes são os alguns dos principais pontos da “*fast fashion*”: resposta rápida, pouca qualidade/grande volume, “superflexibilização” da produção e a “obsolescência planejada”.

⁸ LOWSON, Bob; KING, Russell; HUNTER, Alan. **Quick response**: managing the supply chain to meet consumer demand. Chichester: Wiley, 1999. 304 p.

⁹ CLINE, Elizabeth L. **Overdressed**: the shockingly high cost of cheap fashion. São Paulo: Portfolio, 2013. 258 p.

¹⁰ MORGAN, Andrew. **The True Cost**. [Filme]. Produção de Michael Ross. França, maio. 2015. DVD, 1h 32m.

1.2. As Sweat Shops e o Sweating System:

A Revolução Industrial não é só responsável pela inovação dos métodos de produção, mas também pelo aparecimento de uma nova figura que mescla os métodos revolucionários de produção implementados por ela, a servidão medieval e o exercício da autonomia da vontade, da maneira mais liberal e prejudicial ao trabalhador: o *sweating system*, ou “sistema de suor”, em tradução livre.

Originalmente, este termo se referia ao tipo de produção têxtil voltada a servir interesses militares, implementada a partir de 1830, na Inglaterra, e depois, nos demais países da Europa, mas com o tempo seu significado original foi deturpado e, desde o começo do século XIX, descreve um dos sistemas de produção que mais degrada a figura do trabalhador.

É impossível falar do *sweating system* sem relacioná-lo às “*sweat shops*”, termo em inglês que corresponde ao local onde se desenvolve tal sistema, podendo ser descrito como algo entre uma oficina de trabalho misturada com a própria residência do trabalhador, sem as condições de controle e proteção que o ambiente fabril teoricamente traria.

Esse ambiente, que confunde o local de trabalho e o de moradia, abriga diversas famílias e/ou pessoas ao mesmo tempo, aglomeradamente, com longas e extenuantes jornadas laborais, além do pagamento mínimo, irrisório, com péssimas ou inexistentes condições de higiene e segurança são as características definidoras das sweatshops da Revolução Industrial.

Do século XIX para cá, pouco mudou-se no âmbito de tal conceito, atualmente o termo “sweatshops” vem sendo utilizado para descrever empresas ou fábricas envolvidas com a exploração extrema dos trabalhadores (trabalho forçado), caracterizadas por um salário abaixo do mínimo necessário à sobrevivência, ausência de qualquer forma de garantia ou proteção trabalhista, exploração de crianças, condições de trabalho perigosas para a saúde ou por ameaças, moléstias sexuais e abusos físicos e psicológicos, e com jornadas de

trabalho muito maiores do que a lei determina em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, chegando à turnos contínuos de até 19 horas¹¹.

1.3. O Sweating System vs. o Sistema Fabril¹².

Podendo ser facilmente confundidos, aqui estão algumas diferenciações estruturais entre o “sistema de suor” e o sistema fabril.

No sistema de suor, a produção é toda dividida em uma pirâmide de micro e pequenas empresas ou confecções que concorrem entre si, derrubando o valor do trabalho e ocasionando em péssimas condições no ambiente laboral, todas sendo submissas à uma Grande Marca, que fica no topo da pirâmide, sendo a prioridade para que haja a subcontratação o menor preço e a rapidez do prazo de entrega, condições estas que as empresas na base da pirâmide fazem de tudo para atingir.

Essa lógica – do menor preço e rapidez - vai descendo nas camadas laborais, das grandes confecções às menores, chegando até o trabalhador, que recebe por peça produzida e também começa a competir com seus pares por mais trabalho e, conseqüentemente, mais dinheiro. No sistema de suor, confunde-se o local de trabalho com o de moradia.

Já no sistema fabril, os trabalhadores são contratados pela fábrica, diretamente, e cumprem um contrato de trabalho no qual recebem por horas trabalhadas, havendo uma limitação da jornada. A produção é toda concentrada na fábrica, sendo a residência do trabalhador separada da mesma.

1.4. As Sweatshops e a produção globalizada

Em um trecho do documentário “The True Cost”¹³, John Hilary, diretor executivo da “*War on Want*”, ou “Guerra ao Querer”, uma organização de

¹¹ CAMPANHA, Marcela Ribas. **Sweatshops**: exploração moderna. Viés, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vies/vies/sweatshops-exploracao-moderna/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

¹² COMMONS, John R. The sweating system in the clothing trade. In: COMMONS, John R. **Selections and documents in economics**: trade unionism and labor problems. Boston: Ginn & Company, 1905.

caridade londrina que visa combater a pobreza global, desigualdade e injustiça, é apresentado o conceito de produção globalizada, a mais utilizada para a produção de roupas em massa.

Esse modo de produção prioriza a terceirização da mesma para locais em que o custo para fabricar seja menor, normalmente economias subdesenvolvidas, onde salários são baixos e mantidos assim.

Portanto, aqueles no topo da cadeia de produção – as grandes marcas – escolhem em qual país produzir de acordo com o quão baixo sairá o produto final, e, caso uma fábrica diga que não consegue fazer a roupa tão barata, a Grande Marca simplesmente procura outro lugar que consiga tal feito, não importando o que deve ser sacrificado – em sua grande maioria, condições minimamente decentes de trabalho – para que o produto saia pelo preço almejado.

Tendo em mente que atualmente o salário mínimo nos EUA é de sete dólares e vinte e cinco centavos (\$7,25) por *hora* enquanto o salário mínimo em Bangladesh, por exemplo, é de três dólares (\$3,00) por *dia*¹⁴, entende-se o porquê de só 3% das roupas serem feitas nos Estados Unidos e 97% em países terceirizados, através da produção globalizada.

O maior problema desse tipo de produção, que valoriza mais os custos em dinheiro do que os custos sociais e morais, é que, para se “adequar” ao valor requisitado pela Grande Marca e fechar o negócio, muitos empresários de países subdesenvolvidos acabam “dando um jeito” para as coisas funcionarem, desrespeitando as medidas de segurança, uma forma comum de se fazer negócio no modelo “*fast fashion*”, e foram com esses “jeitinhos”, com essa modificação da produção do vestuário que as “*sweat shops*”, uma das formas mais precárias, degradantes e indignas de trabalho existentes atualmente, foram adotadas “não oficialmente” como a principal forma de produção da indústria “*fast fashion*”, indústria esta que lucra cerca de três trilhões de dólares por ano.

¹³ MORGAN, Andrew. **The True Cost**. [Filme]. Produção de Michael Ross. França, maio. 2015. DVD, 1h 32m. minuto 6:45-8:00.
“MINIMUM WAGES IN BANGLADESH: Issues & Challenges”. **The Chittagong University Journal of Law**. Bangladesh, v. 11, p. 01-32, 2006.

A junção da produção globalizada – alta em terceirização e consequentemente, em flexibilização – com as *sweat shops* alteraram a lógica da relação de trabalho bilateral empregado-empregador para outra, triangular, nas quais há mais de um patrão (o dono da “fábrica de suor” e o dono da confecção contratante, por exemplo) e até mesmo “poligonal”, quando há a introdução de outras empresas do ramo de vestuário ou grandes varejistas têxteis de *fast fashion* na relação da prestação de serviço, fruto da produção globalizada, sendo essa relação a mais comum no território nacional, como veremos mais a frente.

É importante lembrar que muitas vezes quem está no topo da cadeia, portanto, não o dono da “fábrica de suor”, e sim a Grande Empresa de Moda Rápida que determina, nesta relação de subcontratação ou terceirização, os métodos e condições de trabalho, preços de peças, prazos de entrega, punições e outros comandos de direção e disciplina, pressionando o valor do trabalho para baixo e subvertendo a premissa mais elementar do Direito do Trabalho: a proteção da força de trabalho do homem e sua dignidade.

Apesar de não ser exclusivo do setor do vestuário, mas o mais utilizado nele, o “sistema do suor” contemporâneo tem como ponto comum em sua “aplicação” a degradação do valor trabalho, já que os trabalhadores, sob pressão, devem trabalhar em qualquer horário (ou melhor, em todos), em qualquer local (não apenas na fábrica), e por qualquer valor, já que o nível de competitividade entre as empresas “*fast fashion*” e entre as “*sweat shops*” é altíssimo, sempre havendo alguém disposto a rebaixar ainda mais o nível de necessidades básicas para algo próximo do primitivo para manter os custos baixos de produção, o que responsabiliza esse sistema pelo desenvolvimento das formas contemporâneas de trabalho forçado.

De acordo com John Hillary, atualmente as *sweat shops* são consideradas lugares em que as pessoas “decidem” trabalhar claramente por não terem opções melhores ofertadas, sendo preciso lembrar que as “alternativas” dos trabalhadores que “escolhem” *sweat shops* são bem mais restritas que as opções do restante da sociedade, e todas essas condições horríveis de trabalho são

“perdoadas” ou “justificadas” por muitos por causa dos empregos necessários que criam para pessoas sem alternativas ou pelos “benefícios econômicos” gerados.

Isso se tornou a narrativa usada para justificar e explicar a forma desumana como a indústria da moda *fast fashion* opera no mundo todo, já que, de acordo com uma CEO de uma grande loja “*não há nada intrinsecamente perigoso em confeccionar roupas*”¹⁵.

1.5. O acidente de Rana Plaza e a importância global das Fast Fashions

Tal raciocínio pode ser rebatido com um acontecimento que trouxe atenção mundial para a situação do trabalho forçado na indústria da moda e as vidas que são postas em risco diariamente por estarem “confeccionando roupas”: a queda do prédio “Rana Plaza”, na cidade de Daca, Bangladesh em 2013.

O prédio de oito andares, que também abrigava um banco e algumas lojas, havia recebido ordens de evacuação, respeitadas em relação a todos os negócios ali realizados, menos as cinco *sweat shops* que estavam ali abrigadas.

Todas elas estavam funcionando quando o prédio desabou.

Até hoje a maior tragédia da indústria têxtil, contabilizando cerca de 1, 134 mortos e 2, 500 feridos¹⁶ após 19 dias de resgate ininterruptos, o desastre evidenciou as armadilhas que são as fábricas de roupas “*fast fashion*”, pois, mesmo avisando seus empregadores das rachaduras espalhadas por seu local de serviço, a estrutura obviamente não sendo segura para eles também, os funcionários têxteis mesmo assim foram obrigados a voltar a trabalhar, pagando o preço do baixo custo das roupas com suas vidas.

O ano seguinte ao desastre de Rhana Plaza, 2014, foi o mais rentável de todos os tempos para a indústria da moda, arrecadando quase três trilhões de

¹⁵ MORGAN, Andrew. **The True Cost**. [Filme]. Produção de Michael Ross. França, maio. 2015. DVD, 1h 32m. minuto 14:45-17:00.

¹⁶ ALAM, Julhas; HOSSAIN, Farid. Bangladesh collapse search over: death toll 1.127. **Associated Press**, maio, 2013. Disponível em: <<https://www.yahoo.com/news/bangladesh-collapse-search-over-death-toll-1-127-122554495.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

dólares, sendo vendidas cerca de 80 bilhões de peças de roupas, 400% a mais do que era vendido há 2 décadas¹⁷.

Isso nos faz chegar a outro ponto: a importância global da indústria da moda “fast fashion”.

Podemos não perceber, mas esta indústria está altamente presente em nossas vidas, sendo praticamente impossível cruzar com alguém na rua que não esteja usando uma peça de roupa proveniente deste modo de produção.

Estima-se que em 1930, a mulher americana comum gastava cerca de 20% do que recebia em itens de vestuário, mas tinha, em média, nove combinações de roupa. Atualmente, a mesma mulher americana comum compra cerca de 60 peças de roupas novas por ano, mas gasta somente 4% do que recebe para adquirir tudo isso¹⁸.

Por isso, hoje em dia, na indústria da moda, é tudo sobre quantidade, e não qualidade.

Se antes as pessoas compravam roupas com o objetivo de que elas durassem, hoje em dia, compramos por impulso, para entrar na tendência”, e não concertamos nossas roupas caso elas rasguem ou se descosturem – o que elas são praticamente produzidas para fazer -, as jogamos fora e compramos outras.

Grande parte disso é fruto do “fenômeno Zara”, a líder da indústria fast fashion, cujos donos são os gigantes espanhóis da Inditex.

A primeira loja da marca foi aberta em 1975, na Espanha, e em 1984, a companhia já era tão bem sucedida que abriu seu primeiro centro de logística com 10 mil metros quadrados, expandindo para Portugal, Estados Unidos e França logo em seguida, incorporando outras marcas em seu caminho.

¹⁷ FASHIONUNITED. **Global fashion industry statistics:** international apparel. New York. Disponível em: <<https://fashionunited.com/global-fashion-industry-statistics>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

¹⁸ JOSEPHSON, Amelia. **The economics of fast fashion.** SmartAsset. United States, nov. 2015. Disponível em: <<https://smartasset.com/credit-cards/the-economics-of-fast-fashion>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

Na década de 90, Zara estava presente em diversos países ao redor do mundo, já sendo conhecida por seu modelo de designs rápidos e produção mais rápida ainda, atendendo aos desejos do público pelas tendências do momento, as lojas recebendo novos carregamentos de roupas duas vezes por mês.

Em 2004, a marca abriu sua 2000^a loja, e perto de 2010, tinha mais de 5000 lojas espalhadas pelo planeta. Neste ano, estima-se que o lucro foi de 19.7 bilhões de dólares, sendo o crescimento lucrativo da Zara aproximadamente 8% ao ano.

O fundador da marca, Amancio Ortega, é atualmente o homem mais rico do mundo, com uma fortuna estimada de 72.8 bilhões de dólares em Fevereiro de 2017¹⁹, a empresa fazendo cerca de 15.9 bilhões de dólares em vendas anuais.

Como uma companhia como a Zara consegue lucrar tanto?

O sucesso de uma empresa de fast fashion depende do baixo custo de produção – e isto, no entanto, depende de baixos salários pagos aos trabalhadores – e da velocidade desta produção, já que a moda é efêmera e o interesse dos consumidores pode desaparecer em um instante.

O tempo para que um produto desenhado pelos designers da Zara chegue às lojas é em cerca de duas à três semanas²⁰, entregando produtos novos à cada loja uma vez a cada quinze dias, totalizando mais de 10.000 itens novos por ano.

E como a Zara faz isso?

Produção globalizada. Superflexibilização. Sweat shops. Trabalho forçado.

Não somente a Zara, mas quase todas as marcas pertencentes ao universo “fast fashion”.

¹⁹ REAL TIME NET WORTH. **Amancio Ortega**. Forbes, maio, 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/amancio-ortega/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

²⁰ PETRO, Greg. **The future of fashion retailing: the Zara approach**. Forbes, out. 2012. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/gregpetro/2012/10/25/the-future-of-fashion-retailing-the-zara-approach-part-2-of-3/#1d5376937aa4>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

E essa mesma indústria bilionária, trilionária não consegue manter seus milhões (estima-se que uma a cada seis pessoas está envolvida em algum setor da indústria mundial da moda, fazendo dela a indústria mais dependente de trabalho humano na terra) de “empregados” com condições minimamente decentes de segurança e dignidade.

Atualmente, são vendidas 80 bilhões de peças de roupa todos os anos, 400% a mais do que era vendido há duas décadas.

Tais números manter-se-iam os mesmos se os consumidores soubessem a origem de suas roupas, e o verdadeiro custo ético e moral que cada uma delas tem?

A relevância desta pergunta comprova-se com os seguintes dados: a empresa brasileira de fast fashion Renner teve uma receita líquida de R\$ 6,145 bilhões em 2015, crescendo 87,9% em cinco anos²¹.

E sim, suas fornecedoras foram autuadas por utilizarem mão de obra análoga à de escravo na confecção de suas roupas²²²³.

A “desculpa”?

Terceirização²⁴.

A realidade do trabalho forçado na indústria da moda está mais perto que imaginamos.

²¹ BOUÇAS, Cibele. Valor 1000: Renner cresce apesar da crise e é a empresa de valor 2016.

Econômico Valor. São Paulo, set. 2016. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/brasil/4707439/valor-1000-renner-cresce-apesar-da-crise-e-e-empresa-de-valor-2016>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

²² BOCCHINI, Bruno. Fornecedoras da Renner pagarão R\$ 1 mil por trabalho escravo. **Exame**.

São Paulo, dez. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/fornecedoras-da-renner-pagaro-r-1-mil-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

²³ MAIA, Samantha. Renner está envolvida com trabalho escravo. **Carta capital**. São Paulo, nov.

2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/828/renner-esta-envolvida-com-trabalho-escravo-1352.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

²⁴ SEAAC. **Reincidente**: flagrada explorando trabalho escravo, Renner justifica com terceirização.

São Paulo, maio 2016. Disponível em: <<http://seaaccampinas.org.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/item/6142-reincidente-flagrada-explorando-trabalho-escravo-renner-justifica-com-terceirizacao>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

2. TRABALHO FORÇADO E SUA PRESENÇA NO BRASIL

2.1. O conceito de trabalho forçado

O conceito de trabalho forçado, definido pelas normas da Organização Internacional do Trabalho, ainda sofre alterações, não estando o mesmo exatamente pacificado, sendo utilizado como sinônimos as expressões “escravidão moderna” ou “práticas análogas à escravidão”.

Na primeira convenção sobre a matéria, em 1930, a OIT definiu trabalho forçado, para o direito internacional, como “[...] todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente.”²⁵; em 1957, a segunda convenção sobre o tema alterou levemente tal definição²⁶ ao acrescentar que o trabalho forçado jamais poderia ser usado para fins de desenvolvimento econômico ou como instrumento de educação política, discriminação, disciplinamento através do trabalho ou punição, enumerando os fins para os quais o trabalho forçado jamais poderia ser imposto.

É importante mencionar a amplitude do conceito de trabalho forçado, que não somente se equipara a baixos salários ou más condições de trabalho, mas sim representando uma gravíssima violação de direitos fundamentais e restrição da liberdade humana, dois elementos básicos sendo necessários para que haja sua caracterização: ser um trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e ser executado involuntariamente.

A punição não necessariamente precisa vir na forma de sanções penais, mas pode representar a perda de direitos e privilégios; a ameaça de punição pode assumir diferentes formas, entre elas:

1. As que implicam violência, confinamento ou mesmo ameaças de morte à vítima ou a seus familiares, sendo as mais extremas dentre as mencionadas;

²⁵ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convention Concerning Forced or Compulsory Labour**. 1930. p. 1.

²⁶ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Abolition of Forced Labour Convention**. 1957. p.1

2. As mais sutis, de natureza psicológica, como por exemplo, ameaças de denunciar a vítima a órgãos de imigração quando sua situação no “emprego” ou país é ilegal;

3. As de natureza financeira, como penas econômicas ligadas a dívidas, por exemplo, o não pagamento de salários ou a perda de salários juntamente com ameaças de demissão quando o trabalhador se recusar a fazer horas extras além do estipulado em seus contratos ou na legislação nacional.

No Brasil, conforme exposto no documentário *Correntes*, de 2005²⁷, há um claro exemplo desse tipo de ameaça, na qual o empregador retém os documentos e salários dos empregados com o objetivo de impor trabalho forçado e mantê-los sob seu domínio, as vítimas se envolvendo inicialmente em situações de trabalho forçado por seu próprio consentimento, para mais tarde descobrir que já não podem deixar livremente o trabalho, tal situação sendo uma das mais abordadas pela Organização Internacional de Trabalho, que estabelece que esse consentimento inicial é considerado irrelevante já que houve engano e fraude²⁸.

Deve ser mencionado que não se verifica uma situação de trabalho forçado pelo tipo da atividade desenvolvida, por mais duras ou perigosas que possam ser as condições de trabalho, ou pela legalidade ou ilegalidade da atividade segundo as leis nacionais, e sim pela natureza da relação entre a vítima e seu “empregador”.

2.2. Diferenciações relevantes entre trabalho forçado, escravidão e práticas análogas à de escravo

Neste aspecto, é necessário saber a ligação entre trabalho forçado, escravidão e práticas análogas à mesma, além de saber diferenciá-los.

²⁷ CAVECHINI, Caio; PAGANOTTI, Ivan. **Correntes**. [Filme]. Produção de Réporter Brasil. Brasil, 2006. 58m.

²⁸ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Não ao trabalho forçado**: relatório global do seguimento da declaração da OIT relativa a princípios e direitos fundamentais no trabalho. Brasília: OIT, 2005.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a escravidão é uma forma de trabalho forçado que implica o total domínio de uma pessoa sob outra ou de um grupo de pessoas sob outro grupo social, sendo definida, no primeiro relatório internacional sobre o tópico, como *“estado ou condição de uma pessoa sobre a qual se exerce todo ou algum poder decorrente do direito de propriedade²⁹”*.

Em uma situação de escravidão, a vítima será obrigada a trabalhar, mas esse não será o único aspecto definidor da relação; além disso, a situação não tem limitação fixada, sendo permanente e muitas vezes decorrente de descendência.

Quanto às práticas análogas à escravidão, existem muitos pontos em comum entre tais situações e as de trabalho forçado, a principal prática análoga sendo a “servidão por dívida” ou “escravidão por dívida”, considerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como a mais proeminente no território nacional atualmente.

A servidão por dívida é uma forma de se pagar algum tipo de “empréstimo” através do trabalho direto ao invés de se usar dinheiro ou bens, na grande maioria das vezes tal “empréstimo” sendo decorrente da relação de trabalho fraudulenta.

Um claro exemplo dessa situação são os casos em que a vítima é contratada por “gatos” – como são chamados os aliciadores responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores – e, ao chegar ao local em que irá trabalhar, descobre que os gastos da viagem e tudo o que precisa para sobreviver e trabalhar (como comida ou instrumentos de trabalho) será anotado como dívida, devendo o mesmo executar o serviço até que tudo seja “pago”, o que muitas vezes se torna uma bola de neve, não conseguindo o trabalhador quitar sua dívida.

Outro aspecto importante é que, de acordo com o relatório da Organização Internacional de Trabalho, tanto as práticas análogas à escravidão quanto o

²⁹ GENEVRA. **Convenção sobre escravatura**, de 25 de setembro de 1926. Artigo 1º, inciso 1. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/convencao_escravatura_genebra_1926.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

trabalho forçado ocorrem em todas as sociedades³⁰, sendo irrelevante se o país está em desenvolvimento ou já desenvolvido, não estando, como acreditam muitos, reduzido a certas localidades do mundo, mas sim generalizado em algumas atividades econômicas industriais que se prestam a práticas abusivas de contratação e emprego, como na indústria da moda “*fast fashion*”, o que será discutido mais adiante.

2.3. Principais desafios

Admite a Organização Internacional do Trabalho que o maior desafio atualmente é se chegar a um conceito universal de trabalho forçado³¹, que reconheça alguns princípios fundamentais da liberdade no trabalho e salvaguardas contra a coação e, ao mesmo tempo, permita a cada país legislar sobre questões de seu interesse à luz de suas características econômicas, sociais e culturais, já que, como mencionado anteriormente, em todas as sociedades há risco de formas de trabalho forçado, devendo os criminosos ser punidos como criminosos com todo o rigor da lei e as vítimas serem amparadas por leis, políticas e programas, terem acesso a um trabalho digno com a adequada remuneração.

Por ser um tema delicado, os governos relutem em investigar e reconhecer a existência do trabalho forçado em seus países, tendo dificuldade em gerar e manter a vontade política de identificá-lo e combatê-lo.

Além disso, em muitos casos, as próprias vítimas se opõem a apresentar-se e darem seus testemunhos, não só por medo de represálias de seus exploradores, como também por medo de serem apanhadas pelas autoridades imigratórias.

³⁰ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Não ao trabalho forçado: relatório global do seguimento da declaração da OIT relativa a princípios e direitos fundamentais no trabalho. Brasília: OIT, 2005.

³¹ PANT, Roger. **Forced labour and human trafficking: the challenges ahead**. International Labour Organization. Vienna, nov. 2005 Disponível em: <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/news/WCMS_097002/lang--en/index.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

2.4. “Antigos” e “Novos” sistemas de trabalho forçado

É pertinente ao tema a distinção entre “antigos” e “novos” sistemas de trabalho forçado, mesmo que tal distinção não seja perfeita, já que as formas atuais, nos termos da definição da OIT apresentam pequenas variações, pois muitas vezes as manifestações antigas de trabalho forçado se transmutam em novas, podendo haver elementos comuns entre os sistemas mais antigos e manifestações mais recentes.

As formas mais “tradicionais” ou “antigas” de trabalho forçado tendem a se fundamentar em crenças, costumes ou estruturas agrárias ou outras de produção, às vezes como legado do colonialismo de cada sociedade, podendo também resultar de persistentes sistemas de discriminação contra grupos vulneráveis, sejam minorias tribais ou de castas.

As formas “modernas”, que têm relação com a globalização e as recentes tendências migratórias, podem estar ostensivamente associadas à busca de vantagens financeiras ilícitas por uma gama de sujeitos, sendo globais, encontrando-se em todas as regiões do planeta.

2.5. Principais aspectos

Por fim, é essencial compreender os principais aspectos de grande parte do trabalho forçado contemporâneo, o primeiro deles é que o mesmo é mais comum de ser imposto por agentes privados do que diretamente pelo Estado – como nas Grandes Industrias Têxteis -, o segundo, como o endividamento induzido é um poderoso meio de coerção, reforçado por ameaças de violência ou de castigos contra trabalhadores vítimas do trabalho forçado ou suas famílias.

O terceiro, a precariedade da situação legal de milhões de imigrantes, os torna vulneráveis à coação, tendo em vista a ameaça adicional e sempre presente de denúncia às autoridades. As vítimas podem se ver diante da difícil opção entre aceitar condições de trabalho altamente exploradoras ou correr o risco de deportação para seus países de origem se partirem para a defesa de seus direitos.

O quarto, um número cada vez maior de pesquisas, especialmente sobre a situação de vítimas do tráfico para trabalho forçado em países industrializados, tem ajudado a identificar grave lacuna legislativa que dificulta a luta contra formas ocultas e muitas vezes sutis de coação na economia privada, os Estados precisando fazer mais do que simplesmente criminalizar o trabalho forçado, e sim cuidar também dos aspectos estruturais que o favorecem como deficiências políticas e do mercado de trabalho. Regulamentações do mercado de trabalho ou políticas de imigração, ao serem formuladas, devem ter em vista a redução do risco de trabalhadores caírem na armadilha de trabalho forçado já que essas medidas, mesmo que pareçam “mais suaves”, podem representar grande avanço na erradicação das circunstâncias que, juntadas todas, conduzem ao trabalho forçado.

2.6. O trabalho forçado e as “Sweat Shops” no Brasil

Foi averiguado pelo Ministério Público do Trabalho que a servidão por dívida é a típica artimanha do trabalho forçado no Brasil³².

Nosso país, por apresentar um desempenho positivo de sua economia ao longo dos últimos anos, serviu como pólo de atração para milhares de trabalhadores sul-americanos, que chegam ao país (mais precisamente à capital paulista), buscando melhores condições de vida e de trabalho.

Em São Paulo (que está inserida em um contexto de reorganização produtiva) as Grandes Empresas Têxteis, com o objetivo de reduzir custos, transferem parte de sua produção para pequenas empresas, também chamadas de “oficinas de costura”, essas confecções subcontratando parte de sua produção a diversas outras, criando assim uma cadeia de subcontratação de prestação de serviços.

Está caracterizada neste cenário a terceirização típica das “*sweat shops*”, na qual a produção é “passada adiante” o máximo possível para diminuir os

³² **SERVIDÃO POR DÍVIDA CARACTERIZA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL, DIZ COORDENADOR DO MINISTÉRIO.** Repórter Brasil. São Paulo, jan. 2007. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2007/01/servidao-por-divida-caracteriza-o-trabalho-escravo-no-brasil-diz-coordenador-do-ministerio/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

custos, beneficiando a Grande Empresa Têxtil, em detrimento dos mínimos direitos dos trabalhadores.

O cenário nas “fábricas de suor” brasileiras é extremamente precário, assimilando-se – e muito – ao visto em países emergentes, como Bangladesh.

Nelas, encontram-se diversos trabalhadores imigrantes, em sua maior parte vindos de países sul-americanos como Bolívia, Paraguai e Peru, muitos menores de idade, que trabalham por mais de catorze horas para receber cerca de vinte centavos (R\$ 0,20) por peça costurada³³ e sem as mais básicas condições de segurança e saúde.

A grande parte deles, para chegar a São Paulo, acaba contraindo dívidas que são descontadas dos salários já baixos, ocasionando as situações de servidão por dívida, já mencionada, além da restrição da liberdade de locomoção, caso queiram voltar a seus países natais³⁴.

Como agravantes da situação, há ainda o desconhecimento das leis nacionais e a falta de documentos, uma vez que a maior parte dessa imigração ocorre informalmente, além do “pacto de silêncio” que existe dentro das fábricas, na qual o “empregado” vulnerável ou tem medo de denunciar as péssimas condições de trabalho e de vida, já que trabalha pela comida diária, para pagar as dívidas da viagem, dos documentos, tendo medo de ser deportado e não conseguir mais trabalho, não conseguindo sair do círculo vicioso em que se encontra ou, ainda pior, não tem nem consciência da dimensão da exploração da qual está sendo vítima, acreditando que sua condição é muito melhor do que a que se encontrava antes de imigrar³⁵.

³³ ARANHA, Ana. Cerco às senzalas da moda. **Época**. São Paulo, abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223067-15223,00-CERCO+AS+SENZALAS+DA+MODA.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.

³⁴ **AS MARCAS DA MODA FLAGRADAS COM TRABALHO ESCRAVO** [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

³⁵ **IMIGRANTE É PRINCIPAL ALVO DO TRABALHO ESCRAVO** [Internet]. O Estrangeiro, maio 2014. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2014/05/17/imigrante-e-principal-alvo-do-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

Deve-se mencionar também que a maioria dos trabalhadores que exercem suas atividades nas “fábricas de suor” por serem estrangeiros irregulares, são vítimas fáceis da discriminação perpetrada pelo setor, por meio da fuga de responsabilidade proporcionada pelo sistema de subcontratação.

Assim, observamos que um dos bens jurídicos que o Estado deve tutelar de maneira mais firme e eficaz é o princípio fundamental à igualdade de trato, essa tutela devendo garantir, no âmbito das relações de trabalho, que não haja discriminação de nenhum tipo entre o trabalho realizado da mesma maneira e em iguais condições, por trabalhadores diferentes em sua essência. Da mesma forma, é vetado à qualquer empresa ou ente promover e implementar ações que proporcionem situações de discriminação, ainda que indireta, sobre quaisquer grupos, notadamente aqueles mais vulneráveis.

Uma das grandes questões é: como essas pessoas acabam trabalhando nas *sweat shops* paulistas?

Diz Renato Bignami³⁶ que são três as formas básicas ou clássicas de aliciamento. Primeiramente, no país de origem (Bolívia, Paraguai e Peru, nesta ordem de quantidade de trabalhadores já “resgatados” pelo Ministério Público do Trabalho), envolvendo os próprios familiares, que podem ter interesse direto naquele que está trazendo, traficando-o e escravizando-o.

Também temos as agências de “emprego e recrutamento”, em diversas cidades sul-americanas, que trabalham como agências de “fachada”, mas que na realidade aliciam trabalhadores irregularmente para mandá-los para São Paulo.

Por último, e talvez a mais comum de todas, existe a forma na qual os próprios donos das “oficinas de costura” localizadas no Estado de São Paulo trazem diretamente mão de obra dos países previamente citados, demonstrando ter o conhecimento de uma rede de aliciamento e transporte de trabalhadores desses países para o Brasil, sendo duplamente responsáveis, tanto por seu tráfico quanto por sua escravização.

³⁶ BIGNAMI, Renato. Trabalho escravo na indústria da moda: o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas. **Revista de direito do trabalho**, São Paulo, v. 40, n. 158, p. 35-59, jul./ago. 2014.

3. AS TENTATIVAS DE COMBATE AO TRABALHO FORÇADO NO TERRITÓRIO NACIONAL: OS AVANÇOS E OS PASSOS PARA TRÁS

3.1. Dos avanços: a atuação do Ministério Público do Trabalho e a importância de sua fiscalização

O Brasil reconheceu formalmente, em 1995, a existência de escravidão no seu território³⁷.

Desde então, quase 50 mil trabalhadores foram retirados dessas condições³⁸, recebendo seus direitos trabalhistas, assim como os infratores vem sendo severamente cobrados, na seara laboral, pelo Ministério Público do Trabalho, através da assinatura de Termos de Ajustes de Conduta e respondendo Ações Cíveis Públicas. Importante entender como tudo começou.

A Constituição Federal, em seu artigo 127, descreve o Ministério Público como “instituição permanente”, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, seu artigo 128, I, alínea b colocando o Ministério Público do Trabalho dentro deste rol, com estas mesmas características.

Sempre atento ao fato de que o trabalho análogo ao de escravo ainda era uma realidade em nossa sociedade, o Ministério Público do Trabalho criou em 12 de setembro de 2002, por meio da portaria 231/2002 a atualmente denominada Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE), com objetivo de integrar as Procuradorias Regionais do Trabalho em todo o território nacional para o combate ao trabalho escravo, fomentando a troca de experiências

³⁷ BRASÍLIA. SENADO FEDERAL. **Combate ao trabalho escravo demorou 25 anos para começar**. 2011. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/combate-ao-trabalho-escravo.aspx>>. Acesso em: 05 set. 2017.

³⁸ RICHARD, Ivan. **Em duas décadas, fiscais resgataram do trabalho escravo quase 50 mil pessoas**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-01/em-duas-decadas-fiscais-resgataram-do-trabalho-escravo-quase-50-mil>>. Acesso em: 05 set. 2017.

e discussões sobre o tema, bem como a atuação ágil onde necessária se faça a presença do Ministério Público do Trabalho.

A Coordenadoria tem como missão erradicar o trabalho análogo ao de escravo e coibir o trabalho degradante, resguardando o direito à liberdade, à dignidade no trabalho, bem como todas as garantias decorrentes da relação de emprego³⁹, atuando através da investigação de situações nas quais os trabalhadores são submetidos a trabalho forçado, servidão por dívidas, jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, como alojamento precário, água não potável, alimentação inadequada, desrespeito às normas de segurança e saúde do trabalho, falta de registro, maus tratos e violências – situações destas muitas vezes encontradas em “sweat shops” brasileiras.

Depois de realizar investigações, receber denúncias ou notícias de irregularidades trabalhistas, o CONAETE realiza as fiscalizações nestes locais de “trabalho”, com uma equipe interinstitucional, composta de membros do próprio MPT, auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), policiais federais ou militares e, algumas vezes, por integrantes de organizações não governamentais.

Tais fiscalizações têm como principal objetivo coibir atitudes de empregadores e pessoas que submetem trabalhadores à situação degradante ou análoga a de escravo, na maioria das vezes culminando no resgate desses, com a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou ainda em ações judiciais reparatórias, indenizatórias e condenatórias aos que praticaram tais atos de barbárie.

Deste modo, é possível perceber que a atuação do MPT não é limitada a receber a denúncia ou ajuizar a ação cabível, mas também visa efetivamente erradicar o trabalho forçado e buscar a real liberdade do trabalhador, através da repressão do ilícito, do resgate dos que se encontram presos na situação análoga à de escravo e da inclusão social das vítimas, por meio de cursos de qualificação

³⁹ GARCIA, Carla Rosane Pesegoginski. Trabalho escravo e a atuação do Ministério Público do Trabalho [Internet]. **Jurídico Certo**, maio, 2014. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/carlaadvogada/artigos/trabalho-escravo-e-a-atuacao-do-ministerio-publico-do-trabalho-431>>. Acesso em: 10 maio 2017.

profissional, ensejando a reentrada no mercado de trabalho digno, transformando a anterior hipossuficiência extrema do empregado escravizado em uma nova realidade, como veremos mais adiante.

Além de se focar no trabalhador resgatado, através da Portaria nº. 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego buscou-se também responsabilizar os empregadores que submeteram seus trabalhadores a condições análogas à de escravo, com a criação de um cadastro dos mesmos, conhecido como “Lista Suja”, o que se tornou uma forte ferramenta no combate a tal prática, já que a divulgação desse rol, além de causar exposição perante a sociedade, faz com que as empresas incluídas percam o acesso à financiamentos em bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e o Banco do Brasil, que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, bancos privados também utilizando tal informação em suas avaliações de risco de crédito, tais consequências de cunho patrimonial evitando a reincidência⁴⁰.

A atualização da “Lista Suja” é feita semestralmente, consistindo na inclusão de empregadores cujos autos de infração lavrados pelos Auditores Fiscais do Trabalho foram considerados definitivamente procedentes, não mais sujeitos a recursos⁴¹ e sendo excluídos aqueles que, ao longo de dois anos, contados de sua inclusão no cadastro, tenham corrigido irregularidades identificadas durante inspeção do trabalho e não reincidiram no crime.

Deste modo, a atuação do MPT busca erradicar o problema de maneira multifocal:

⁴⁰ PONTES, Felipe. MPT recorre de decisão que impediu publicação de lista suja do trabalho escravo. Agência Brasil. Brasília, mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mpt-recorre-de-decisao-que-impediu-publicacao-de-lista-suja-do-trabalho>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

⁴¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina**. Cartilha do Trabalho Escravo – CONAETE. Brasília. Disponível em: <https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129/Cartilha%2BAterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129>. Acesso em: 10 jul. 2017.

1. Com atenção ao trabalhador, seu resgate e a inclusão ou reinclusão social, para prevenir o retorno à superexploração e quebrar o ciclo de pobreza. O trabalhador qualificado profissionalmente e inserido no mercado formal de trabalho sairá da vulnerabilidade social que o empurra ao trabalho escravo moderno;
2. Com a punição e conscientização do empregador, que, muitas vezes buscando maior lucratividade, economiza justamente na mão-de-obra, esquecendo da condição de ser humano dos obreiros envolvidos no seu negócio. Nesse sentido, Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e Ações Civis Públicas manejados pelos Procuradores do Trabalho impõem sanções severas para inibir a repetição da conduta, com cobrança de indenizações pelos danos morais coletivos e individuais;
3. Com o alerta à população, que precisa entender o que é a escravidão contemporânea para denunciá-la e possibilitar aos atores envolvidos o maior alcance no combate, devendo toda a sociedade repudiar a prática, provocando inclusive, a reflexão do consumidor e da cadeia econômica acerca da procedência do produto em foco.

Além disto, desde Dezembro de 2002, com a publicação da Lei nº. 10.608, o trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo conquistou o direito de receber três parcelas do 'Seguro Desemprego Especial para Resgatado', no valor de um salário mínimo cada. No momento do resgate dos trabalhadores, os Auditores Fiscais do Trabalho efetuam os procedimentos formais requeridos para a concessão do seguro-desemprego e o benefício é posteriormente sacado pelo próprio trabalhador na rede bancária.

Ainda, o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmaram, em dezembro de 2005, um acordo de cooperação que prevê o acesso prioritário dos trabalhadores resgatados ao Bolsa Família.

Como tentativa de contramedida, em 2004 o Brasil ratificou⁴² o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado

⁴² BRASIL. **Decreto n. 5.017**, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, 2004.

Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo), havendo então uma mudança na estratégia destinada tanto à proteção dos direitos dos trabalhadores explorados quanto à repressão das condutas que perpetuam sua condição de escravidão: o resgate dessas pessoas da situação de violência; o pagamento das verbas rescisórias; a permanência dos mesmos em território nacional, a fim de colaborarem nas investigações mediante a concessão de visto permanente, e a mobilização da rede de apoio para a proteção das vítimas e reintegração na sociedade.

Neste protocolo, têm-se que a deportação de cidadãos estrangeiros submetidos ao trabalho forçado deve ser a última opção, lembrando que é exatamente com a ameaça da deportação que os algozes mantêm os seus trabalhadores na linha de produção das fábricas de suor.

Sendo assim, temos que as melhores políticas públicas devem preservar e proteger a *vítima*, tendo ela como foco, mantendo-a no território nacional, tendo em vista o caráter protetor de direitos fundamentais ao qual se relaciona a matéria em questão e buscando a responsabilização do beneficiário final desse tipo de trabalho – as Grandes Empresas Têxteis, que devem ter suas condições de matriarcas do tráfico de pessoas e da escravidão contemporânea divulgadas, para que o consumidor tenha consciência de sua condição de partícipe, podendo assim, com o auxílio do Estado, implementar medidas de enfrentamento, proteção das vítimas e prevenção de novas ocorrências, visando interromper o ciclo corrosivo dos direitos fundamentais arduamente conquistados no decorrer dos últimos milênios, em detrimento de uma indústria que só se preocupa com o que estará “na moda” na próxima estação.

3.2. O dumping social e a importância de sua difusão

Um conceito relativamente novo – pelo menos na Justiça do Trabalho Brasileira – mas antigo, em sua prática, é o do *dumping* social.

O termo *dumping* vêm do Direito Comercial, sendo definido como o “ato de vender grande quantidade de produtos a um preço muito abaixo do praticado pelo mercado⁴³”.

Já no âmbito trabalhista, a principal idéia é a mesma, no entanto, as empresas buscam diminuir a concorrência à custa de direitos básicos dos empregados, caracterizando o *dumping* então pela conduta de empregadores que, de maneira contínua e com plena consciência de seus atos, violam direitos de seus trabalhadores tendo em mente adquirir vantagens financeiras, em razão do baixo custo de produção, aumentando a competitividade desleal no mercado.

Estas violações – reincidentes e inescusáveis – não geram danos somente aos trabalhadores ofendidos, mas também à sociedade, pois com tais atitudes, as empresas agressoras desconsideram a estrutura do Estado social (que preza pelo bem-estar de todos seus cidadãos) e do próprio modelo capitalista, já que obtém vantagens indevidas sob sua concorrência, esta prática favorecendo empresas que não observam a legislação trabalhista em detrimento daquelas que respeitam as normas impostas.

A concorrência desleal se caracteriza exatamente por esta atitude: as empresas que burlam a lei são favorecidas em comparação às que respeitam os direitos de seus trabalhadores, pois gasta menos dinheiro pagando obrigações laborais, o que as possibilita diminuir o custo de seus produtos.

Isto acaba estimulando o descumprimento das normas trabalhistas, as empresas que “seguem as regras”, ao perceber que estão sendo injustamente passadas para trás, seguindo o mesmo caminho das empresas que praticam o dumping, gerando um ciclo vicioso de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

E alguns dos exemplos clássicos desse desrespeito são a terceirização ilícita, o desrespeito pelo limite da jornada de trabalho e o descumprimento de

⁴³ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Dumping social**: indenização deve ser requerida pelo ofendido. Brasília, jan. 2013. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/dumping-social-indenizacao-deve-ser-requerida-pelo-ofendido>. Acesso em: 12 abr. 2017.

normas de segurança do trabalho –, todos estes extremamente presente no ramo *fast fashion*.

No Brasil, o dumping social já foi reconhecido pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho em alguns de seus julgados como grave violação, mas é importante a atenção à um detalhe: só pode ser concedida indenização pela prática do dumping caso a vítima (no caso, o empregado), a requeira.

Ou seja, mesmo que o juiz reconheça que houve a conduta de dumping social por parte do empregador, não pode o mesmo, de ofício, condenar a empresa ofensora se o ofendido não pleitear por tal na exordial, apesar disto ser alvo de debate tanto na doutrina, quanto na jurisprudência.

Entendem alguns doutrinadores – e alguns juízes de direito – que, mesmo se não requerida a indenização pela prática do dumping social, pode o juiz decidir de ofício, já que esta viola direitos fundamentais e tem grande repercussão social, a indenização servindo como forma de desestimular a continuidade de tal ato.

Entretanto, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, reformou decisão que deferia indenização pela prática de dumping mesmo sem haver o pedido na exordial, explicando *que “apesar de haver expressa previsão legal de reparação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados a qualquer interesse difuso ou coletivo, o CPC determina a vinculação do juiz aos pedidos do autor. Portanto, o julgador deverá decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe proibido conhecer de questões não suscitadas pela parte*⁴⁴”, mesmo entendimento do ministro Walmir Oliveira da Costa em processo cujo juiz de instância anterior também havia fixado indenização pela prática de dumping social sem haver o requerimento da parte⁴⁵.

⁴⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. **RR n. 78200-58.2009.5.04.0005**. Relator: Terceira Turma. Relator Francisca Oliveira Formigosa. Julgado dia 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/192653009/andamento-do-processo-n-0000220-3020145080011-ro-do-dia-28-05-2015-do-trt-8?ref=topic_feed>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁴⁵ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **RR n. 11900-32.2009.5.04.0291**. Primeira Turma. Relator: Ministro Walmir Oliveira da Costa. 17 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao4.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=11900&digitoTst=32&anoTst=2009&orgaoTst=5&tribunalTst=04&varaTst=0291>>. Acesso em: 05 set. 2017.

Estes julgados mostram como é importante divulgar o que exatamente é dumping social no âmbito trabalhista, pois apesar de ser uma prática relativamente comum, é pouco conhecida, e somente sabendo que sofrem desta violação poderão os empregados pleitear a reparação pelos danos sofridos, e assim conseguir a devida punição aos praticantes deste constante desrespeito.

Desta forma, disseminado o conceito de dumping social e o que configura sua prática, se reconhecendo nesta situação, poderá o reclamante incluir esta pretensão de indenização em sua exordial, pois, se não o fizer, o empregador poderá ficar impune, pois, conforme já decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho nos julgados mencionados, é vedado ao juiz deferir tal reparação de ofício.

3.3. A conscientização dos consumidores e seu papel na luta contra o trabalho forçado

Em um mapeamento de inovações sociais realizado pelo Instituto C&A⁴⁶ e a Ashoka⁴⁷ em Outubro de 2016 chamado “Tecendo a Mudança”, um dos principais pontos abordados é a importância da conscientização dos consumidores para o combate ao trabalho forçado.

O reconhecimento de consumidores não conscientes ou desmotivados como barreira, e o estudo de meios para tentar mudar como estes pensam sua relação com o consumo é importante, pois são estes o público alvo da indústria da moda fast fashion e os principais fomentadores da mesma.

Sabe-se que a grande maioria dos consumidores não faz a menor ideia de como funcionam as cadeias de fabricação por trás das roupas que vêm penduradas nas araras de suas lojas preferidas, e muito disto é devido à falta de informações acessíveis sobre as condições da cadeia de fornecimento por trás das roupas que adquirem, já que estas costumam estar ausentes durante a

⁴⁶ **MODA CONSCIENTE** [Internet]. Instituto C&A, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br/impact/news/moda-consciente/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁴⁷ **ASHOKA. Ashoka divulga relatório com novas iniciativas no Brasil** [Internet]. Ashoka Brasil. Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/ashoka-divulga-relat%C3%B3rio-com-novas-iniciativas-no-brasil>>. Acesso em: 05 set. 2017.

experiência de compra (o mais próximo que se chega equivale ao escrito minúsculo em uma etiqueta), sendo que seria este tipo de conscientização que teria o potencial de motivar o consumidor a adequar seus hábitos de consumo a seus valores ou à sustentabilidade, dando a ele os elementos necessários para tomar uma decisão consciente.

Além disto, mesmo quando o consumidor consegue ter acesso a informações básicas, tendo então conhecimento da procedência de suas roupas, são poucas as opções de vestuário ético, livre de mão de obra forçada, e estas opções frequentemente custam muito mais caro do que uma roupa de origem “fast fashion”, o que, infelizmente, acaba influenciando a decisão do consumidor final de realizar a compra.

Sendo assim, muitos desejam consumir com ética, mas não têm nem a motivação nem os meios para fazê-lo, pois os movimentos de consumidores a favor de uma indústria de vestuário sustentável e acessível ainda são pouco difundidos, o consumidor consciente se sentindo então, um “peixe fora d’água”.

Outro argumento também muito utilizado para a “justificação” do trabalho forçado na indústria da moda fast fashion e a consequente apatia do consumidor final é que as cadeias de produção de diferentes setores estão repletas de condições subumanas de trabalho – do setor eletrônico ao de alimentação, para citar alguns – e que, portanto, os consumidores têm pouco poder para influenciar e modificar essa realidade⁴⁸, devendo então, “aceitar as coisas como elas são”.

Entretanto, se todos pensassem desta maneira, não existiria qualquer tipo de avanço, e seria difícil modificar hábitos de consumo sem caminhos abertos para a mudança. A pesquisa realizada pelo mapeamento “Tecendo Mudanças” foi feita exatamente com o intuito de alterar essa atitude de apatia do consumidor final, com um foco em jovens consumidores, que seriam capazes de criar um sistema totalmente novo no qual a moda – mesmo a rápida – fosse uma força para gerar mudanças positivas.

⁴⁸ HOBBS, Michael. The myth of the ethical shopper. **The Huffington Post**. Disponível em: <<http://highline.huffingtonpost.com/articles/en/the-myth-of-the-ethical-shopper/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

De acordo com o mapeamento, os consumidores ainda estão numa fase de “pré-consciência” em relação à moda sustentável, a grande maioria destes não tendo – ou preferindo não ter – a menor ideia do impacto que o consumo desenfreado trás para o meio ambiente e como este fomenta condições precárias de trabalho, uma das entrevistadas citando a tragédia do Rana Plaza, em Bangladesh, já mencionada anteriormente neste trabalho, como um marco importante para que muitas pessoas olhassem para suas roupas e se perguntassem de onde elas vêm⁴⁹.

Sendo assim, apontam os pesquisadores que um dos principais pontos de mudança é o acesso a informações sobre procedência das roupas.

Se muitas marcas de “fast fashion” utilizam a falta de informação sobre as condições de trabalho na cadeia de produção como “desculpa” para se eximir de qualquer responsabilidade, para o consumidor, esse tipo de informação é ainda mais inacessível. Com exceção de algumas marcas que se comprometem a ter práticas mais sustentáveis, e utilizam isto como meio de divulgação de si mesmas, é praticamente impossível saber se determinada peça de roupa foi eticamente produzida, e especialistas do setor têm enfatizado a necessidade de fornecer esse tipo de informação nos pontos de venda⁵⁰, no próprio ato da compra, pois esta seria uma condição que facilitaria a mudança de comportamento: saber, na hora que você está levando uma peça de roupa nova para casa, que você não está fomentando o trabalho forçado em algum lugar do mundo.

Outro ponto interessante é a conclusão de que consumidores são fortemente motivados por influências sociais, a informação por si só tendo um impacto limitado sobre eles.

⁴⁹ ASHOKA. **Tecendo mudanças:** perspectivas de empreendedores sociais que estão transformando a indústria da moda. Brasil, out. 2016. Disponível em: <https://www.changemakers.com/sites/default/files/ashoka-caf_socialinnovationmapping_4a_versao_3_final.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁵⁰ KING, Bart. **Consumers want more eco-friendly apparel.** Sustainable Brands, fev. 2012. Disponível em: <http://www.sustainablebrands.com/news_and_views/articles/consumers-wantmore-eco-friendly-apparel>. Acesso em: 06 jul. 2016.

Recentes estudos psicológicos⁵¹ sugerem que as pessoas evitam saber se as roupas que comprem são antiéticas, porque isso lhes causa sentimento de culpa, ansiedade e atitudes defensivas, uma perfeita representação do famoso ditado “ignorância é uma benção”.

Entretanto, se ao invés de “culpa-las” por consumir roupas oriundas de trabalho forçado, utilizando uma conscientização “forçada” ou em tom de julgamento, conseguíssemos inspirar emoções positivas, mostrando que elas são capazes de fazer a diferença, sugerindo formas simples de apoiar soluções em larga escala, essas pessoas ficariam menos propensas a optar deliberadamente pela falta de informação e mais predispostas a tomar uma atitude, mesmo que pequena.

Concluiu Helio Mattar, do Instituto Akatu, líder brasileiro no movimento do consumo consciente, que abordagens baseadas no consumidor são mais eficazes quando ajudam as pessoas a “perceber o poder que elas têm para transformar a sociedade e o meio ambiente⁵²”.

Percebeu-se também que as normas sociais (como as pessoas veem a si mesmas e como aspiram ser) e a influência entre pessoas que se conhecem são catalisadores muito mais potentes para mudanças de comportamento, consumidores tendendo a ficar mais motivados em mudar seus hábitos de compra por estímulos emocionais e influências sociais – como a pressão de seus conhecidos, por exemplo – do que por dados isolados⁵³, como uma notícia na televisão, o que indica uma boa estratégia na hora de traçar ações para lidar com a barreira do consumidor não consciente ou desmotivado.

⁵¹ AIZENMAN, Nurith. **Do these jeans make me look unethical?**. Goats and Soda. NPR, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2016/01/07/462132196/do-thesejeans-make-me-look-unethical>>. Acesso em: 06 de jul. 2016.

⁵² AKATU. **Instituto Akatu pelo Consumo Consciente**. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5508mattar.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁵³ **GLOBAL CONSUMERS ARE WILLING TO PUT THEIR MONEY WHERE THEIR HEART IS WHEN IT COMES TO GOODS AND SERVICES FROM COMPANIES COMMITTED TO SOCIAL RESPONSIBILITY** [Internet]. Nielsen. Estados Unidos, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/us/en/press-room/2014/global-consumers-are-willing-to-put-their-money-where-their-heart-is.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

Sendo assim, se tivermos um consumidor consciente, disposto a educar (e não julgar) membros de seu grupo social sobre as condições de trabalho das quais resultam as roupas de marcas “fast fashion”, já teremos um importante agente na luta contra o trabalho forçado nesta indústria.

Além disso, relatos sobre condições de trabalho nas cadeias de produção ou revelações públicas conduzidas por ONGs, por setores acadêmicos e por órgãos governamentais – como o MPT – seriam muito mais eficazes se combinados com uma reflexão sobre o modo como se formam influências e normas sociais, trazendo uma reflexão mais profunda sobre o consumismo ostensivo, o ciclo de vida de uma roupa e o que acontece com as peças descartadas, para que o consumidor tenha consciência não só do impacto social que sua mudança de atitude teria, mas ambiental também.

Outro ponto levantado pelo mapeamento tem relação a “constranger” publicamente uma marca, depois de se constatar que ela cometeu irregularidades. Apesar de uma importante ferramenta – utilizada pelo MPT e por muitos ativistas on-line, por exemplo – é importante lembrarmos que as marcas são apenas uma parte do setor de vestuário.

Não devemos nos focar somente nas marcas ou nos consumidores, mas sim nos principais atores capazes de influenciar o resultado final, como investidores, fornecedores relevantes, designers e varejistas, afinal, atingir e influenciar a mudança de um deles é um investimento estratégico, já que todos fazem parte da mesma cadeia, e se um deles colocar a sustentabilidade e a mão de obra ética como prioridade, somente se relacionando com outros que também tenham o mesmo objetivo, acabará influenciando os outros, sendo este então um investimento de médio a longo prazo.

No âmbito nacional, é impossível falar sobre conscientização de consumidores e atuação contra o trabalho forçado sem mencionar organização Repórter Brasil, fundada em 2001, por Leonardo Sakamoto, que busca desde então mobilizar a sociedade em torno de uma questão invisível para muitos: 21 milhões de pessoas no mundo todo são vítimas de trabalho forçado, incluindo muitas na indústria têxtil.

Esta ONG usa o jornalismo investigativo para encontrar e divulgar a existência de trabalho análogo ao escravo no Brasil, descobrindo novas ligações entre fornecedores desconhecidos e marcas famosas, rastreando as cadeias de suprimento das fábricas a fim de identificar quais marcas estão empregando fornecedores sem ética e sem práticas sustentáveis, publicando inúmeros artigos sobre cadeias de fornecimento sujas e compartilhando as informações com partes interessadas que possam exigir mudanças, especialmente o jovem consumidor.

A Repórter Brasil tem um papel importante na adesão de grandes marcas ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – já mencionado anteriormente –, construindo canais para que governos, empresas, bancos e ativistas pressionem os fornecedores envolvidos a mudar seu comportamento.

Em 2016 a ONG lançou um aplicativo para celular gratuito que possibilita aos consumidores buscar as marcas comprometidas com o combate ao crime e flagradas explorando a prática⁵⁴. Neste aplicativo, as próprias marcas têm a oportunidade de relatar o que fizeram para eliminar esse problema de suas cadeias de fornecimento, e os consumidores podem responder, enviando feedback sobre quais melhorias gostariam de ver.

É a conscientização na palma da mão, uma maneira simples e acessível de transformar consumidores não conscientes e desmotivados em ativistas de seu nicho social.

3.4. A reforma e a precarização dos direitos trabalhistas

Muito se discute sobre a nova reforma trabalhista e suas consequências para os direitos dos trabalhadores.

Apesar de em nada alterar a conceituação legal de trabalho análogo ao de escravo, o novo texto traz grandes mudanças que afetam o combate à este crime.

⁵⁴ **4 EM CADA 10 MARCAS NÃO SE COMPROMETEM COM O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO: DESCUBRA QUAIS.** Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2016/12/4-em-cada-10-marcas-nao-se-comprometem-com-o-combate-ao-trabalho-escravo-descubra-quaais/>>. Acesso em: 06 de jul. 2017.

Em relação ao tema deste trabalho – o trabalho forçado na indústria fast fashion – fica claro que, muitos dos aspectos discutidos anteriormente como forma de vedação ao mesmo (a atuação do MPT, acordos internacionais firmados com o intuito de vedar este comportamento por parte de empregadores e grandes empresas, a difusão do conceito de dumping social, os estudos sobre a importância da conscientização do consumidor) perderão grande parte de sua eficácia em face da nova reforma trabalhista aprovada recentemente.

Como já foi explicado anteriormente, o trabalho forçado na indústria da moda rápida se caracteriza com a “superflexibilização” da mão de obra, que recebe um salário muito abaixo do mínimo necessário à sobrevivência, trabalhando na ausência de qualquer forma de garantia ou proteção, em condições perigosas para a saúde, sofrendo ameaças, moléstias sexuais e abusos físicos e psicológicos, além de jornadas de trabalho muito maiores do que a lei determina.

Em relação à estes pontos, a reforma trabalhista só banaliza a precarização da mão de obra, como veremos a seguir.

A terceirização, que agora foi ampliada para também enquadrar as principais atividades das empresas – o que já tinha sido aprovado em Março, pelo Congresso Nacional, mas que é detalhado pela reforma trabalhista – é apontada pelos especialistas como a mudança mais nociva à erradicação do trabalho forçado⁵⁵.

De acordo com o procurador Maurício Ferreira Brito, que está à frente da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (Conaete), grande parte dos resgatados são contratados por intermediários que já são autônomos ou terceirizados, e quem contrata busca se esquivar da responsabilidade. Sendo assim, a reforma deve aumentar a cadeia de empresas terceirizadas, distanciando cada vez mais o trabalhador de quem

⁵⁵ MAGALHÃES, Ana. **Reforma trabalhista dificulta combate ao trabalho escravo**. Repórter Brasil. São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/07/reforma-trabalhista-dificulta-combate-ao-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 06 de jul. 2017.

efetivamente controla a produção e dificultando a identificação do real empregador.

Como já mencionado anteriormente, esta é uma das principais práticas da indústria do vestuário “fast fashion” em países subdesenvolvidos, o trabalhador encontrado em condições análogas à de escravo normalmente atuando uma oficina de costura subcontratada por uma empresa de confecção que já é terceirizada de uma grande marca.

Seguindo a lógica, ficará cada vez mais fácil para as Grandes Empresas darem a desculpa de que “nada sabiam”, colocando a culpa na terceirizada da terceirizada da terceirizada...

É importante lembrar que os trabalhadores terceirizados são, estatisticamente, os mais vulneráveis, sofrendo 80% dos acidentes de trabalho fatais, tendo as piores condições de saúde e segurança do trabalho, recebendo salários bem menores do que os empregados diretos e cumprindo jornadas maiores do que os mesmos, nas quais desempenham atividades de maior risco sem o devido treinamento, recebendo menos benefícios indiretos (planos de saúde, auxílio-alimentação, etc.), permanecendo menos tempo na empresa (afinal, seus contratos são muito mais curtos e de fácil rompimento), e, quando transformados em pessoas jurídicas (“pejotizados”), perdem todos os direitos previstos na CLT⁵⁶.

Com a reforma trabalhista, cada vez mais trabalhadores entrarão na zona de risco para fazerem parte deste grupo.

Outro ponto de grande mudança é em relação ao trabalhador autônomo. Sabe-se que atualmente, havendo exclusividade e continuidade na prestação do serviço, há o vínculo empregatício.

De acordo com o texto do novo artigo 442-B, *“a contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de*

⁵⁶ SÃO PAULO. Ministério Público do Trabalho. **Estudo aponta que reforma trabalhista é inconstitucional**. São Paulo. <<http://www.prt2.mpt.mp.br/419-estudo-aponta-que-reforma-trabalhista-e-inconstitucional>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.”

Sendo assim, empresas poderão contratar autônomos e, mesmo caracterizado o vínculo, este não será reconhecido pois está “afastada a qualidade de empregado”.

Para o Ministério Público do Trabalho, esse tipo de contratação viola o princípio constitucional dos direitos fundamentais dos trabalhadores, de ter uma relação de emprego “protegida” e com direitos garantidos, como remuneração não inferior ao salário mínimo, FGTS, seguro-desemprego, 13º salário, férias remuneradas, licença-maternidade, entre outros, a reforma permitindo que autônomos sejam contratados de forma contínua e exclusiva. Assim, o empregador pode privar o trabalhador dos seus direitos básicos com a desculpa de que ele era autônomo, em uma forma de “ampliação da terceirização”.

O que mais assusta, é a possibilidade da violação do direito constitucional à esses direitos, especialmente o salário mínimo, o que, com a reforma, se torna possível, através da “pejotização”, que, de acordo com muitos críticos, ficará “liberada”.

Já mencionada anteriormente, a “pejotização” é o termo utilizado pela jurisprudência para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, com o objetivo de burlar direitos trabalhistas e disfarçar eventuais relações de emprego que seriam evidentemente existentes⁵⁷, uma prática que é totalmente ilegal em nosso país.

Claro que as leis aprovadas – a da terceirização (Lei nº 13.429/2017) e a reforma (Lei nº 13.467/2017) – não legalizam essa fraude, mas criam o ambiente perfeito para que ela se desenvolva, e dificultam sua punição.

⁵⁷ BRIANEZI, Katy. **Pejotização, você sabe o que significa?**. JusBrasil. 2011. Disponível em: <<https://katybrianezi.jusbrasil.com.br/artigos/121934275/pejotizacao-voce-sabe-o-que-significa>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

Pós reforma, ficará muito mais difícil para um PJ (como se denominam as vítimas da “pejotização”) comprovar o vínculo empregatício, já que, antes, era do empregador o ônus da prova da inexistência de vínculo e, a partir de agora, haverá uma presunção de licitude tanto na constituição da pessoa jurídica quanto na celebração do contrato de prestação de serviços em si, devendo o empregado provar a ilicitude de tudo.

Infelizmente, na indústria da moda fast fashion, a “pejotização” já é uma realidade, que tende apenas a piorar, pois de acordo com Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho extremamente ativo no combate ao trabalho escravo em São Paulo, há uma tendência para o uso disseminado da “pejotização”, especialmente por confecções contratadas por ditas grandes marcas de fast fashion, citando ele que em uma auditoria recente, todos os empregados que trabalhavam para as oficinas de costura terceirizadas eram PJs, simulando contratos de prestação de serviços autônomos quando, na prática, cumpriam jornada de trabalho exaustiva em condições bastante adversas de trabalho⁵⁸.

Em outra passagem, a reforma também permite que negociações coletivas ampliem a jornada de trabalho até o limite de 12 horas diárias, com a possibilidade de intervalo de descanso reduzido.

Importante lembrar que a jornada de trabalho, quando excessiva, coloca em risco a integridade física do trabalhador, sendo esta uma das principais características do trabalho forçado, e, a partir de novembro de 2017, o tipo de acordo que dá abertura exatamente à essa situação passará a prevalecer sobre a legislação trabalhista.

Muitos justificam que nem toda a jornada de 12 horas configura crime ou trabalho forçado. Só que, com a reforma, haverá a banalização de sua ocorrência, sendo que, sabe-se que para a saúde do trabalhador, a melhor alternativa é uma

⁵⁸ SAKAMOTO, Leonardo. Terceirização e reforma vão facilitar “pejotização”, afirmam especialistas [Internet]. **Blog do Sakamoto**, abr. 2017. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/04/24/terceirizacao-e-reforma-vao-facilitar-pejotizacao-afirmam-especialistas>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

jornada limitada à oito horas diárias⁵⁹, a habitualidade de algo superior a isso criando um argumento de resistência e disseminação para os que se beneficiarão da exploração do trabalho.

Uma premissa utilizada pelos que defendem a reforma é que, para que haja ampliação da jornada, a negociação será intermediada pelos sindicatos da respectiva categoria.

Acontece que a presença de tais sindicatos não necessariamente garante a defesa dos direitos dos trabalhadores, pois muitas organizações sindicais funcionam como “aliciadores de mão de obra”, conforme exemplificado pelo procurador do trabalho Maurício Ferreira Brito no caso da Cofco⁶⁰, onde 31 trabalhadores foram resgatados do trabalho análogo ao de escravo, existindo uma negociação coletiva realizada com a presença do sindicato que em nada coibiu condições que caracterizariam o trabalho forçado, neste caso, o sindicato funcionando mais como cúmplice do que como protetor.

Mais um ponto perigoso é a flexibilização das horas de descanso, que podem ser negociadas pelo mesmo acordo coletivo que amplia excessivamente a jornada do trabalhador.

Além de flexibilizar as horas de descanso, que podem ser decididas por acordo coletivo, o texto da reforma recém aprovada afirma, em seu artigo 611-B, parágrafo único que *“regras sobre a duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança”*.

Ou seja, de acordo com a “nova CLT”, ter uma jornada de 12 horas de trabalho, com um intervalo de somente trinta minutos – o que pode ser acordado via negociação coletiva – não viola nenhuma norma de saúde, higiene ou segurança, afinal, a duração do trabalho e intervalos não são influenciam nenhuma destas.

⁵⁹ BRANDÃO, Cláudio Mascarenhas. Jornada excessiva de trabalho provoca acidentes [Internet]. **Consultor Jurídico**, out. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-out-20/jornada-excessiva-trabalho-provoca-acidentes-tira-dignidade>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

⁶⁰ CARTA CAPITAL. **31 trabalhadores de multinacional chinesa são resgatados de trabalho análogo ao escravo em MT**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/07/31-trabalhadores-de-multinacional-chinesa-sao-resgatados-de-trabalho-analogo-ao-escravo-em-mt/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

Uma jornada de 12 horas diárias resultará em uma jornada semanal de 72 horas, quase o dobro do limite constitucional estabelecido atualmente⁶¹. Mas aparentemente, tudo bem, afinal, regras sobre a duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança.

No artigo 611-A, em seu inciso XII, temos outra novidade: o “enquadramento do grau de insalubridade” pode ser alterado via acordo coletivo. Juntamos este inciso ao subsequente, XIII, que diz que pode o mesmo acordo coletivo prorrogar a jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, e temos mais uma situação extremamente facilitadora ao trabalho forçado.

Diferentemente do que ocorre atualmente, no qual tanto a enquadramento ao grau de insalubridade quanto à prorrogação de jornada neste tipo de ambiente depende da autorização do Ministério do Trabalho, no quadro da nova reforma, a cena só piora.

É devido o lembrete de que em quase todos os casos de trabalho forçado encontrados na indústria de vestuário no Brasil, há a presença da insalubridade como um grande fator⁶². No mesmo local em que trabalham, os empregados são obrigados a dormir e comer – muitas vezes em cima da própria “cama” –, sem nenhuma distinção entre o que é ambiente de trabalho e o que é de moradia, em péssimas condições de higiene.

Imaginando o pior cenário possível: uma jornada de 12 horas, com intervalo de 30 minutos, em um ambiente com insalubridade de grau máximo (o que daria ao trabalhador o direito de receber um adicional de 40%), mas enquadrado, via acordo coletivo, no grau mínimo (recebendo o trabalhador então, adicional de 10%), a jornada ampliada ao máximo sem nenhuma autorização do Ministério Público do Trabalho – afinal, tal autorização é desnecessária –, recebendo um valor muito inferior ao salário mínimo, já que é contratado ou como

⁶¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 7. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

⁶² **AS MARCAS DA MODA FLAGRADAS COM TRABALHO ESCRAVO** [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

autônomo ou como “PJ”, e sem a possibilidade de, no futuro, pleitear qualquer direito que esteja sendo violado, pois não há a caracterização do vínculo empregatício. E isso tudo sem violar lei alguma.

Afinal, agora prevalecerá o “negociado sobre o legislado”, e, a depender do que se negocie, a prática de trabalho escravo será perfeitamente legal.

CONCLUSÃO

Abordar a magnitude do trabalho forçado dentro da indústria da moda “fast fashion” – que é muito presente em nosso dia-a-dia, apesar de não percebermos – e como, mesmo inconscientemente, ajudamos a alimentá-la, é, como já foi mencionado, uma das maneiras mais eficazes de combatê-la, as falhas do nosso ordenamento jurídico e da fiscalização do Estado não podendo servir como desculpas para a perpetuação desse tipo de violação.

Já disse o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu: “Se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor”, frase que perfeitamente captura a escolha de continuar apoiando a indústria da moda “fast fashion” mesmo sabendo das mazelas que ela causa à milhares de trabalhadores no Brasil e ao redor do mundo.

Esta reflexão se mostra relevante na medida em que, mesmo com os esforços de vários órgãos governamentais e não governamentais, e da atuação do judiciário, quando provocado, tal combate continua longe de efetivo, ainda mais quando o Estado brasileiro acaba de sancionar uma lei que altera diretamente vários aspectos e quesitos utilizados para a caracterização do trabalho forçado, flexibilizando-os de uma maneira que tornará a responsabilização dos que se favorecem do abuso do trabalho alheio cada vez mais difícil.

Conclui-se assim a relevância jurídica em unir o máximo de pessoas e organismos possíveis para que se possa erradicar o trabalho forçado, uma vez que, a cada ano, ele cresce, afeta e degrada cada vez mais pessoas, com especial atenção à reforma trabalhista, para que ela não se torne um retrocesso legal, e para que os atuais mecanismos praticados que cumprem o papel de resgatar trabalhadores e resguardar seus direitos e deveres não sejam diminuídos de forma alguma, mas sim, tenham cada vez mais força e sucesso em sua atuação.

No primeiro capítulo, observou-se como se desenvolveu a indústria da moda fast fashion no mundo, seu início, o que são as sweat shops e o “sweating

system”, suas diferenciações para o sistema fabril e como a produção globalizada e a “superflexibilização” desempenham um papel importante para a aplicação do trabalho forçado ao redor do globo.

No segundo capítulo, detalhou-se o conceito de trabalho forçado e os principais desafios para chegar-se a este conceito, as diferenciações relevantes entre este, a escravidão e as práticas análogas as de escravo, diferenças entre os “antigos” e “novos” sistemas de trabalho forçado, como este tipo de abuso se enraizou em nosso país e seus patronos aliciam cada vez mais trabalhadores – nacionais e estrangeiros – para ficarem sob seu domínio.

No terceiro e último capítulo, após estas definições conceituais, passamos a analisar as medidas práticas aplicadas atualmente no combate ao trabalho forçado, além do possível retrocesso trazido pela reforma trabalhista. Assim, observamos a atuação do Ministério Público do Trabalho e como é importante a fiscalização realizada por este órgão, esclarecemos o que é dumping social e por que é tão relevante que este seja cada vez mais disseminado no âmbito jurídico brasileiro, o papel dos consumidores na luta contra o trabalho forçado e o quão forte é o papel da conscientização e, por fim, realizamos uma análise crítica, ponto a ponto, da reforma e as precarizações dos direitos dos trabalhadores.

Conclui-se que, apesar de não ser do conhecimento de grande parte dos consumidores em geral, a prática do trabalho forçado está enraizada globalmente, principalmente na indústria da moda, existindo sim medidas eficazes que são capazes de combatê-la, mesmo que uma pequena confecção ou oficina de costura sub-terceirizada por vez, é importante não se deixar assustar pelo tamanho e força dos que controlam, oprimem e abusam de centenas de milhares de trabalhadores ao redor do globo, lucrando com o sofrimento e o suor destes, lembrando que não existem apenas medidas implantadas pelo governo, mas pequenas atitudes que podem ser realizadas por cada um de nós e fazem toda a diferença.

REFERÊNCIAS

4 EM CADA 10 MARCAS NÃO SE COMPROMETEM COM O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO: DESCUBRA QUAIS. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2016/12/4-em-cada-10-marcas-nao-se-comprometem-com-o-combate-ao-trabalho-escravo-descubra-quaais/>>. Acesso em: 06 de jul. 2017.

AIZENMAN, Nurith. **Do these jeans make me look unethical?**. Goats and Soda. NPR, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2016/01/07/462132196/do-these-jeans-make-me-look-unethical>>. Acesso em: 06 de jul. 2016.

AKATU. **Instituto Akatu pelo Consumo Consciente.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5508mattar.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

ALAM, Julhas; HOSSAIN, Farid. Bangladesh collapse search over: death toll 1.127. **Associated Press**, maio, 2013. Disponível em: <<https://www.yahoo.com/news/bangladesh-collapse-search-over-death-toll-1-127-122554495.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

ARANHA, Ana. Cerco às senzalas da moda. **Época**. São Paulo, abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223067-15223,00-CERCO+AS+SENZALAS+DA+MODA.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.

AS MARCAS DA MODA FLAGRADAS COM TRABALHO ESCRAVO [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

ASHOKA. **Ashoka divulga relatório com novas iniciativas no Brasil** [Internet]. Ashoka Brasil. Disponível em: <<http://brasil.ashoka.org/ashoka-divulga-relat%C3%B3rio-com-novas-iniciativas-no-brasil>>. Acesso em: 05 set. 2017.

ASHOKA. **Tecendo mudanças:** perspectivas de empreendedores sociais que estão transformando a indústria da moda. Brasil, out. 2016. Disponível em: <https://www.changemakers.com/sites/default/files/ashoka-caf_socialinnovationmapping_4a_versao_3_final.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

BIGNAMI, Renato. Trabalho escravo na indústria da moda: o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas. **Revista de direito do trabalho**, São Paulo, v. 40, n. 158, p. 35-59, jul./ago. 2014.

BOCCHINI, Bruno. Fornecedoras da Renner pagarão R\$ 1 mil por trabalho escravo. **Exame**. São Paulo, dez. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/fornecedoras-da-renner-pagarao-r-1-mi-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BOUÇAS, Cibele. Valor 1000: Renner cresce apesar da crise e é a empresa de valor 2016. **Econômico Valor**. São Paulo, set. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4707439/valor-1000-renner-cresce-apesar-da-crise-e-e-empresa-de-valor-2016>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BRANDÃO, Cláudio Mascarenhas. Jornada excessiva de trabalho provoca acidentes [Internet]. **Consultor Jurídico**, out. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-out-20/jornada-excessiva-trabalho-provoca-acidentes-tira-dignidade>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 5.017**, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. **RR n. 78200-58.2009.5.04.0005**. Terceira Turma. Relator: Francisca Oliveira Formigosa. Julgado dia 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/192653009/andamento-do-processo-n-0000220-3020145080011-ro-do-dia-28-05-2015-do-trt-8?ref=topic_feed>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **RR n. 11900-32.2009.5.04.0291**. Primeira Turma. Relator: Ministro Waldir Oliveira da Costa. 17 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao4.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=11900&digitoTst=32&anoTst=2009&orgaoTst=5&tribunalTst=04&varaTst=0291>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 7. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASÍLIA. SENADO FEDERAL. **Combate ao trabalho escravo demorou 25 anos para começar**. 2011. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/combate-ao-trabalho-escravo.aspx>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Dumping social**: indenização deve ser requerida pelo ofendido. Brasília, jan. 2013. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/dumping-social-indenizacao-deve-ser-requerida-pelo-ofendido>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRIANEZI, Katy. **Pejotização, você sabe o que significa?**. JusBrasil. 2011. Disponível em: <<https://katybrianezi.jusbrasil.com.br/artigos/121934275/pejotizacao-voce-sabe-o-que-significa>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CAMPANHA, Marcela Ribas. **Sweatshops**: exploração moderna. Viés, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vies/vies/sweatshops-exploracao-moderna/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

CARTA CAPITAL. **31 trabalhadores de multinacional chinesa são resgatados de trabalho análogo ao escravo em MT**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/07/31-trabalhadores-de-multinacional-chinesa-sao-resgatados-de-trabalho-analogo-ao-escravo-em-mt/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CAVECHINI, Caio; PAGANOTTI, Ivan. **Correntes**. [Filme]. Produção de Réporter Brasil. Brasil, 2006. 58m.

CLINE, Elizabeth L. **Overdressed**: the shockingly high cost of cheap fashion. São Paulo: Portfolio, 2013. 258 p.

COMMONS, John R. The sweating system in the clothing trade. In: COMMONS, John R. **Selections and documents in economics**: trade unionism and labor problems. Boston: Ginn & Company, 1905.

ESPECIAL ZARA: flagrantes de escravidão na produção de roupas de luxo [Internet]. Repórter Brasil. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/12/especial-zara-flagrantes-de-escravidao-na-producao-de-roupas-de-luxo/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

FASHIONUNITED. **Global fashion industry statistics**: international apparel. New York. Disponível em: <<https://fashionunited.com/global-fashion-industry-statistics>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GARCIA, Carla Rosane Pesegoginski. Trabalho escravo e a atuação do Ministério Público do Trabalho [Internet]. **Jurídico Certo**, maio, 2014. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/carlaadvogada/artigos/trabalho-escravo-e-a-atuacao-do-ministerio-publico-do-trabalho-431>>. Acesso em: 10 maio 2017.

GENEBRA. **Convenção sobre escravatura**, de 25 de setembro de 1926. Artigo 1º, inciso 1. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/convencao_escravatura_genebra_1926.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

GLOBAL CONSUMERS ARE WILLING TO PUT THEIR MONEY WHERE THEIR HEART IS WHEN IT COMES TO GOODS AND SERVICES FROM COMPANIES COMMITTED TO SOCIAL RESPONSIBILITY [Internet]. Nielsen. Estados Unidos, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/us/en/press-room/2014/global-consumers-are-willing-to-put-their-money-where-their-heart-is.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

HINES, Tony; BRUCE, Margaret. **Fashion marketing**: contemporary issues. 2. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/6428586/Fashion_Marketing_Contemporary_Issues_Second_edition?auto=download>. Acesso em: 05 set. 2017.

HOBBS, Michael. The myth of the ethical shopper. **The Huffington Post**. Disponível em: <<http://highline.huffingtonpost.com/articles/en/the-myth-of-the-ethical-shopper/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

IMIGRANTE É PRINCIPAL ALVO DO TRABALHO ESCRAVO [Internet]. O Estrangeiro, maio 2014. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2014/05/17/imigrante-e-principal-alvo-do-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

JOSEPHSON, Amelia. **The economics of fast fashion**. SmartAsset. United States, nov. 2015. Disponível em: <<https://smartasset.com/credit-cards/the-economics-of-fast-fashion>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

KING, Bart. **Consumers want more eco-friendly apparel**. Sustainable Brands, fev. 2012. Disponível em: <http://www.sustainablebrands.com/news_and_views/articles/consumers-wantmore-eco-friendly-apparel>. Acesso em: 06 jul. 2016.

LOWSON, Bob; KING, Russell; HUNTER, Alan. **Quick response: managing the supply chain to meet consumer demand**. Chichester: Wiley, 1999. 304 p.

MAGALHÃES, Ana. **Reforma trabalhista dificulta combate ao trabalho escravo**. Repórter Brasil. São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/07/reforma-trabalhista-dificulta-combate-ao-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 06 de jul. 2017.

MAIA, Samantha. Renner está envolvida com trabalho escravo. **Carta capital**. São Paulo, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/828/renner-esta-envolvida-com-trabalho-escravo-1352.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

MINIMUM WAGES IN BANGLADESH: Issues & Challenges”. **The Chittagong University Journal of Law**. Bangladesh, v. 11, p. 01-32, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **O trabalho escravo está mais próximo do que você imagina**. Cartilha do Trabalho Escravo – CONAETE. Brasília. Disponível em: <https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MODA CONSCIENTE [Internet]. Instituto C&A, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.institutocea.org.br/impact/news/moda-consciente/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

MORGAN, Andrew. **The True Cost**. [Filme]. Produção de Michael Ross. França, maio. 2015. DVD, 1h 32m.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Abolition of Forced Labour Convention**. 1957. p.1

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convention Concerning Forced or Compulsory Labour**. 1930. p. 1

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Fatos e números globais. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Trabalho forçado no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Não ao trabalho forçado**: relatório global do seguimento da declaração da OIT relativa a princípios e direitos fundamentais no trabalho. Brasília: OIT, 2005.

PANT, Roger. **Forced labour and human trafficking**: the challenges ahead. International Labour Organization. Vienna, nov. 2005 Disponível em: <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/news/WCMS_097002/lang--en/index.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

PETRO, Greg. **The future of fashion retailing**: the Zara approach. Forbes, out. 2012. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/gregpetro/2012/10/25/the-future-of-fashion-retailing-the-zara-approach-part-2-of-3/#1d5376937aa4>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

PONTES, Felipe. MPT recorre de decisão que impediu publicação de lista suja do trabalho escravo. Agência Brasil. Brasília, mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mpt-recorre-de-decisao-que-impediu-publicacao-de-lista-suja-do-trabalho>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

REAL TIME NET WORTH. **Amancio Ortega**. Forbes, maio, 2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/amancio-ortega/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

RICHARD, Ivan. **Em duas décadas, fiscais resgataram do trabalho escravo quase 50 mil pessoas**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-01/em-duas-decadas-fiscais-resgataram-do-trabalho-escravo-quase-50-mil>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. Terceirização e reforma vão facilitar “pejotização”, afirmam especialistas [Internet]. **Blog do Sakamoto**, abr. 2017. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/04/24/terceirizacao-e-reforma-vao-facilitar-pejotizacao-afirmam-especialistas>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SÃO PAULO. Ministério Público do Trabalho. **Estudo aponta que reforma trabalhista é inconstitucional**. São Paulo. <<http://www.prt2.mpt.mp.br/419-estudo-aponta-que-reforma-trabalhista-e-inconstitucional>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SEAAC. **Reincidente**: flagrada explorando trabalho escravo, Renner justifica com terceirização. São Paulo, maio 2016. Disponível em: <<http://seaaccampinas.org.br/index.php/noticias/ultimas-noticias/item/6142-reincidente-flagrada-explorando-trabalho-escravo-renner-justifica-com-terceirizacao>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SERVIDÃO POR DÍVIDA CARACTERIZA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL, DIZ COORDENADOR DO MINISTÉRIO. Repórter Brasil. São Paulo, jan. 2007. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2007/01/servidao-por-divida-caracteriza-o-trabalho-escravo-no-brasil-diz-coordenador-do-ministerio/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

STOTZ, Lina; KANE, Gillian. Facts on the global garment industry. **Global Garment Industry Factsheet**. 2016. Disponível em: <<https://cleanclothes.org/resources/publications/factsheets/general-factsheet-garment-industry-february-2015.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017.